

The Issue of the Expectation Gap

Draft paper. Please do not quote or distribute without the permission of the authors

Humberto Ribeiro*

hn2r@ipb.pt

*The corresponding author is Financial Accounting Professor at the Bragança Polytechnic Institute, Portugal. Correspondence address: Escola Superior de Tecnologia e de Gestão, Apartado 1134, Campus de Sta. Apolónia, 5301-857 Bragança, Portugal. Phone: +351273303120. Facsimile: +351273313051.

Preciosa Carvalho^a

preciosa_carvalho@hotmail.com

^aThe author is currently developing research at the Bragança Polytechnic Institute, Portugal. Address: Escola Superior de Tecnologia e de Gestão, Apartado 1134, Campus de Sta. Apolónia, 5301-857 Bragança, Portugal. Phone: +351273303120. Facsimile: +351273303000.

Area Temática: Información Financiera y Normalización Contable

Keywords: Expectation Gap, Auditing, Financial Information

The Issue of the Expectation Gap

Draft paper. Please do not quote or distribute without the permission of the authors

Abstract

The purpose of this paper is to discuss the expectation gap issue in the scope of a number of corporate scandals that have been undermining the credibility of financial reporting and auditing in recent years. The concept of expectation gap in auditing has been widely examined by several authors (e.g. Porter, 1993). While discussing its origins and determinants, the literature has also attempted to suggest ways to mitigate this phenomenon. The expectation gap is a critical factor, as its increasing existence results in a decrease of credibility of financial reporting and auditing, questioning the role and relevance of this profession for the society.

Resumo

O objectivo deste artigo é o de discutir a problemática do *expectation gap*, no âmbito de diversas fraudes empresariais que ocorreram em anos recentes e que têm contribuído para aumentar as dúvidas acerca da credibilidade da informação financeira que é reportada e auditada. O conceito de *expectation gap* em auditoria é um fenómeno amplamente debatido por diversos autores (v.g. Porter, 1993), que têm tentado explorar os factores que o originam, bem como têm vindo a sugerir possíveis formas de o mitigar. Na verdade, a existência de *expectation gap* em auditoria não só é uma matéria sensível, como também a incapacidade de o limitar resulta numa menor credibilidade dos relatos de auditoria perante a sociedade, colocando em questão a relevância e o papel da própria profissão.

The Issue of the Expectation Gap

Draft paper. Please do not quote or distribute without the permission of the authors

Introdução

O fenómeno denominado por *expectation gap* em auditoria já tem uma longa história, mas nos recentes anos tem vindo a ganhar visibilidade particularmente devido aos colapsos de grandes empresas.

Na conjuntura actual, fundamentalmente caracterizada por crises financeiras, o papel e a credibilidade das auditorias externas têm sido questionadas, uma vez que não têm conseguido assegurar os *stakeholders* quanto à imagem apropriada da posição patrimonial e performance reportadas pelas empresas (Dobroţeanu et al., 2009).

De facto, a auditoria deve ter um papel central na credibilidade da informação financeira disponibilizada pelas empresas, sendo esta informação importante na tomada de decisão dos investidores (Lee et al., 2008). Assim sendo, este paper tem como objectivo explicar o conceito de *expectation gap* e a sua influência na sociedade e na própria profissão, além da apresentação dos factores que contribuem para a subsistência deste problema e os meios/mecanismos sugeridos para mitigar o *expectation gap* existente entre os auditores e a sociedade/utilizadores de informação financeira. Para este efeito, recorreu-se a uma revisão bibliográfica sobre as diferentes perspectivas apresentadas pelos autores sobre este tema.

Deste modo, a secção I foca principalmente a auditoria e como esta actividade é vista pela sociedade após os constantes falhanços dos auditores na detecção e na antecipação dos colapsos de grandes empresas; enquanto que na secção II o conceito de *expectation gap* é esmiuçado, via revisão de literatura, dando-nos diferentes visões sobre este fenómeno, cada vez mais presente na nossa sociedade.

Por último, é apresentada uma breve conclusão sobre toda a envolvente do *expectation gap* em auditoria.

I - Auditoria e a sociedade

No contexto da globalização, no qual a competição é cada vez mais feroz, existe uma maior necessidade de informação fornecida em tempo útil que suporte as decisões dos investidores. Actualmente existe uma crise de confiança por parte do público/sociedade em relação à auditoria. Assim sendo, os profissionais que exercem a função de auditoria têm de enfrentar questões que reflectem as percepções e expectativas do público.

Deste modo, a sociedade exige que a auditoria esteja cada vez mais presente na detecção de fraudes, actos ilegais e julgamentos quanto à viabilidade das empresas.

Considerando que em muitos casos as falências dos negócios podem estar relacionadas com acções levadas a cabo por gestores ou shareholders dominantes, o facto dessa parte dominante poder levar a cabo actos fraudulentos pode indicar um séria falha no controlo. Nestes casos, as estruturas de corporate governance que deveriam ter detectado qualquer comportamento desviante por parte da parte dominante, no início desse comportamento, pode ter estado ausente (Hassink et al., 2009: 86).

No início da actividade, os auditores estavam comprometidos em providenciar uma garantia, quase absoluta, no que dizia respeito a fraudes e erros intencionais. Contudo, posteriormente a função de detecção de fraudes foi abandonada em detrimento da verificação dos relatórios de contas quanto à sua apresentação de forma verdadeira e apropriada, conforme os princípios contabilísticos em vigor. Assim sendo, actualmente a filosofia da auditoria está focada simplesmente em expressar a sua opinião sobre os relatórios contabilísticos (Salehi & Rostami, 2009).

Dada a natureza da auditoria (o seu objectivo não é detectar fraudes), o papel do auditor é colocado em questão, uma vez que a sociedade tem expectativas irrealistas no que diz respeito ao papel do auditor na prevenção e detecção de fraudes empresariais (Hassink et al., 2009).

Segundo Goldman & Barlev (1974), mencionado por Pott et al. (2009: 213-214), existe falta de independência por parte do auditor, quando este presta serviços de consultoria a clientes auditados, isto é, as empresas de auditoria ficam incapazes de criticar o parecer comunicado pelo seu próprio departamento de consultoria; as empresas de auditoria não querem perder a sua fonte de rendimento, obtida através dos seus serviços de consultoria dada às empresas auditadas, nem incumprir com o seu compromisso de auditoria.

Segundo Porter & Gowthorpe (2004), os problemas que acompanham há décadas os profissionais de auditoria (altos níveis de litígios e acusações), atingiram um nível sem precedente na sequência de colapsos de grandes empresas, tais como a Enron e a WorldCom, cujos casos foram bastante esmiuçados e difundidos pela comunicação social. O caso Enron foi justamente o que levou à implosão da Arthur Anderson.

Deste modo, o conceito de auditoria tem vindo a ser alterado ao longo dos anos, especialmente com os recentes escândalos da Enron (2001), Xerox (2002) e Parmalat (2003) que, para além de terem sido muito divulgados e examinados, também colocaram em causa as normas de auditoria em vigor. Em Agosto de 2002, a lei de Sarbanes-Oxley (resultante do caso Enron) foi publicada com o intuito de supervisionar os auditores das empresas cotadas em bolsa, com a finalidade de proteger os interesses dos investidores e demais utilizadores da informação financeira. Como tal, o Sarbanes-Oxley Act surgiu para dar resposta a estas colapsos financeiros “auditados”.

Com o objectivo primordial de melhorar a qualidade da informação financeira, a qualidade da auditoria e a independência dos auditores, foi efectuada uma reexaminação das relações existentes entre os gestores das empresas e os auditores, numa tentativa de proteger os interesses dos accionistas. Desta reexaminação, surgiu então o Sarbanes-Oxley Act que apresenta numerosas modificações no âmbito do *Corporate Governance* e requisitos adicionais relativamente aos auditores externos (Arel et al., 2006).

O Sarbanes-Oxley Act, “SOX” ou “O acto”, levou a cabo a melhoria do Corporate Governance, bem como reformas ao nível da contabilidade (Raiborn & Sahong, s/d). Além disso, Raiborn & Sahong concluíram que é necessário integrar o Sarbanes-Oxley Act nos contratos, reflectindo acordos justos e de boa fé, confiança e profissionalismo da auditoria, para gerar uma diminuição de conflitos de interesses entre auditores e

gestores das empresas. A publicação do SOX visava ainda promover a recuperação da economia e aumentar a confiança dos investidores na informação obtida nos relatórios de auditoria.

O conceito de auditoria tem presenciado várias mudanças ao longo das décadas, sendo esta considerada actualmente um meio de comprovação/validação da veracidade da informação contida nas demonstrações financeiras (DF's) (Almeida, 2004). Este autor, considera ainda que, a auditoria é uma actividade de controlo económico-financeiro das organizações, tendo esta surgido da separação do papel do accionista, que detém o capital, e os administradores que gerem o capital investido pelos accionistas.

De acordo com Jensen & Meckling (1976), o principal (accionistas) necessita de garantias de que os agentes (gestores) não apresentam demonstrações financeiras falsas ou enganosas, exigindo que as autoridades sejam competentes e credíveis, emitindo um parecer que confirme, ou não, se estas DF's representam a imagem verdadeira e apropriada da empresa, tendo sido elaborada de acordo com os princípios contabilísticos.

Segundo Knechel (2001), os investidores têm em consideração não apenas o retorno do seu investimento, mas também a necessidade de terem perspectivas acerca da evolução do rumo da empresa a curto e longo prazo.

De acordo com Ojo (2006), um maior grau de *expectation gap* em auditoria origina um menor grau credibilidade e de prestígio associado ao trabalho dos auditores. Este autor considera também que se trata de um assunto com interesse e relevância para o público e investidores, pois a estabilidade da economia e do enquadramento político depende da confiança supostamente dada pelos auditores externos.

Joe & Vandervelide (2007), argumentam que a existência de empresas de contabilidade e de consultoria é positiva, por acreditarem que a prestação de serviços de consultoria e de auditoria externa para o mesmo cliente leva a uma maior eficiência da auditoria, uma vez que compreendem melhor o cliente. Por outro lado, Bazerman, Lowenstein & Moore (2002), afirmam o contrário, uma vez que a natureza humana e os aspectos estruturais da contabilidade levam a que o auditor inconscientemente siga as preferências do seu cliente.

É ainda de salientar que Joe & Vandervelde (2007), concluíram que os auditores identificaram menor risco de fraude, quando estes prestam em simultâneo serviços de consultoria e auditoria externa para o mesmo cliente, do que quando estamos perante um cliente em que estes dois tipos de serviços são prestados por diferentes empresas. Assim, estes autores acreditam que os auditores apresentam menor cepticismo profissional, para com os clientes, quando estes auditores prestam os dois tipos de serviços em simultâneo.

Dada a importância desta actividade, é necessário comunicar melhor ao mercado o papel da auditoria, criando a oportunidade para um melhor entendimento entre as partes. Como tal, neste período de recuperação de economia é necessário que o papel da auditoria externa seja melhor entendido e mais valorizado pela sociedade.

Lee et al. (2009), salientam o facto da presença do *expectation gap* em auditoria ter um impacto negativo na reputação dos auditores e da auditoria perante a sociedade moderna, sendo este gerado pelas concepções erradas sobre as funções da auditoria e devido às expectativas excessivas do público em geral.

Noutro tipo de contexto, Wallace (1993), citado por Siddiqui et al. (2009), considera que a informação auditada dos relatórios anuais tem maior relevância nos países emergentes, uma vez que nestes países não existe tanta informação disponível, tais como divulgações através da comunicação social, conferências, e também pelo facto de existir baixa monitorização por parte dos membros regulamentares, comparativamente aos países desenvolvidos.

Além disso, as economias emergentes são diferentes em termos de crescimento, ambiente legal, método de ensino e profissão de auditoria, tendo estes factores um impacto acentuado nas percepções dos auditores e utilizadores da informação financeira (Siddiqui et al., 2009: 565).

II - *Expectation gap* em Auditoria

O contexto internacional continua actualmente dominado por crises financeiras, colocando assim o papel da auditoria externa em dúvida, pois esta não tem conseguido oferecer aos utilizadores de informação financeira, nos seus relatórios, sinais efectivos sobre evidências possivelmente conducentes a futuros colapsos.

O *expectation gap* é um fenómeno muito debatido por vários autores, que têm tentando não só examinar as suas causas, bem como têm proposto soluções para o minimizar. Refere Humphrey (1997), que historicamente existe um fenómeno cíclico, no qual, sempre que a economia mundial é abalada por estes escândalos financeiros, a auditoria é publicamente muito criticada, chegando-se a questionar o seu papel na sociedade.

Segundo Hassink et al. (2009), existem algumas explicações para o facto do papel do auditor ser questionado mais frequentemente em contextos de colapsos de empresas fraudulentas. Uma das razões apontadas está relacionada com a existência do “*reasonableness gap*”, no que diz respeito ao papel do auditor em casos de fraudes. Consideram que, quando uma empresa entra em falência e existe a presença de fraude, normalmente este facto está relacionado com um indivíduo que cometeu fraude ou que não teve um comportamento ético.

Hassink et al. (2009), ao considerarem que a fraude desempenha um papel importante no *expectation gap*, e pelo facto de existir um acréscimo de interesse da sociedade neste assunto, afectando esta profissão, concluíram que a sociedade e os gestores precisam de ser clarificados sobre os deveres dos auditores para colmatar o “*reasonableness gap*”.

Um outro aspecto apontado por Hassink et al. (2009), encontra-se relacionado com a existência do “*deficient standards gap*”, pois o público em geral tem expectativas que não estão reflectidas nas normas de auditoria, sobretudo no que diz respeito à responsabilidade na detecção de fraudes.

No entanto, ao comparar essas expectativas com as normas existentes podem-se identificar oportunidades para alterar as regras, de modo a diminuir o “*deficient standards gap*”.

Por último, uma última categoria quanto divergência de expectativas advém do “*deficient performance gap*”, que pode ser agravado pelo facto de existir uma relação de longo prazo entre auditor e o cliente, exercendo assim pressão quanto à independência dos auditores, levando a que os seus deveres sejam executados com um rigor inferior ao esperado.

De facto, segundo Zhang (2007), o *expectation gap* em auditoria é definido pela diferença de expectativas do público versus a performance dos auditores. Conforme referido anteriormente, a existência deste fenómeno (*expectation gap*), tem vindo a ser alvo de uma intensa “discussão” por causa dos colapsos de grandes empresas, acontecimento largamente coberto pela comunicação social. Deste modo, o *expectation gap* resulta das diferentes expectativas partilhadas pelo público em geral sobre os deveres e responsabilidades dos auditores na divulgação dos seus relatórios de auditoria, isto é, existe uma diferença entre o que o público espera obter e o que realmente obtém (Koh & Woo, 1998).

O *expectation gap* na auditoria pode ainda ser definido como a diferença entre o que os utilizadores de informação financeira esperam que sejam as responsabilidades dos auditores e contabilistas e o que esses mesmos profissionais acreditam que sejam as suas reais responsabilidades (Guy & Sullivan, 1988).

Deste modo, os utilizadores de informação financeira acreditam que os auditores devem assumir mais responsabilidade pela detecção de fraudes e actos ilegais; melhorar a detecção de distorções materiais; comunicar aos utilizadores da informação financeira mais informação útil sobre a natureza e resultados dos processos de auditoria, incluindo um aviso prévio sobre a possibilidade de colapso da empresa (Guy e Sullivan., 1988: 36-37).

Epstein & Geiger (1994) afirma que têm sido feitos esforços para diminuir o *expectation gap*, através da crescente influência da opinião pública e de alterações nas normas de auditoria, efectuadas de modo a aumentar a segurança no que respeita à detecção de erros materiais, isto é, relevantes. É ainda da opinião que os investidores consideram a auditoria útil. No entanto, a diferença de percepção

existente, no que diz respeito às “garantias” oferecidas pela auditoria, entre os utilizadores de informação financeira e gestores, versus auditores, originou o *expectation gap*.

De acordo com Ojo (2006), se fosse perguntado ao público em geral se o papel do auditor é detectar ou não fraudes e erros nas DF's, a maioria responderia afirmativamente, sendo, deste modo, a definição do papel do auditor um aspecto crítico no estudo das razões subjacentes ao fenómeno do *expectation gap*.

De acordo com Salehi & Rostani (2009), vários estudos confirmaram a associação do *expectation gap* a diversos colapsos empresariais, escândalos financeiros e falhas de auditoria nos países avançados, tais como os Estados Unidos da América (E.U.A), Reino Unido, Nova Zelândia, Alemanha e Singapura. O alastramento das críticas e litígios contra auditores indica claramente que existe *expectation gap* entre as expectativas da sociedade e a performance dos auditores, tal como percebida pela sociedade.

Com recurso ao estudo efectuado por Baron et al. (1977), quanto à responsabilidade dos auditores na detecção de fraudes, estes concluíram que existe *expectation gap* entre os auditores e utilizadores de informação, uma vez que os utilizadores de informação financeira acreditam que os auditores têm maior responsabilização na detecção de fraudes, erros e actos ilegais do que é reconhecido pelos próprios profissionais da área.

Hassink et al. (2009) estudaram o *expectation gap* existente entre auditores e gestores, no que diz respeito à responsabilidade dos auditores nos casos de fraudes de clientes auditados, considerando que uma das áreas fundamentais sobre a qual este fenómeno incide é na imagem e reputação da auditoria. Deste modo, Hassink et al. (2009) consideram fundamental ter conhecimento das expectativas da sociedade relativamente aos deveres e papel dos auditores, de modo a conseguir alinhar essas expectativas com a performance do auditor, melhorando a imagem da profissão.

Godsell (1992), referido por Koh & Woo (1998), considera que existe uma “crença” generalizada de que todos os utilizadores da informação financeira que tenham algum tipo de interesse na situação financeira e viabilidade das empresas (*stakeholders*, tais como *shareholders*, credores, ou potenciais investidores), deverão poder confiar na credibilidade fomentada pelos relatórios dos auditores, além de que os auditores

devem ser responsabilizados e terem de prestar contas por desastres financeiros “auditados”.

Por outro lado, Lim (1993), acredita que os auditores não podem ser considerados os únicos responsáveis, uma vez que as diferentes partes têm considerações antagónicas sobre a natureza e objectivos da auditoria.

Os escândalos financeiros e as falências de empresas, como os casos da Enron e da Xerox, entre outros, têm acentuado a ineficácia das auditorias e a diferença de expectativas do público em geral, levando ao reforço da percepção do público de que a auditoria não está a cumprir a sua função. Segundo Almeida (2004), a existência de *expectation gap* assenta em expectativas pouco razoáveis do público, expectativas estas relacionadas com a incerteza relativa ao objectivo, valor, natureza e efeito da auditoria.

Humphrey et al. (1992), referido por Almeida (2004), consideram que as causas desta diferença de expectativas assentam em certos aspectos, tais como, as crises das empresas e a própria natureza da auditoria.

Liggio (1974), considera que estamos perante uma diferença de expectativas em auditoria quando existem diferenças entre o desempenho dos auditores e o que é esperado pelos utilizadores da informação financeira. Boyd et al. (2001), referido por Almeida (2004), defendem que o *expectation gap* em auditoria diz respeito ao que o público espera que o auditor apresente no seu relatório e a percepção que este tem, em relação à realização deste mesmo trabalho. Nas várias definições de *expectation gap*, defendidas pelos vários autores, estes apresentam como ponto em comum o facto dos auditores executarem o seu trabalho de uma maneira diferente das crenças e desejos partilhados por terceiros (Humphrey, Moiser & Turley, 1993).

Além desta definição, Porter (1993) acrescenta que os auditores são seres humanos, pelo que o seu comportamento nem sempre cumpre com as normas de auditoria.

Segundo Kasim & Hanafi (2008), estamos perante *expectation gap* quando auditores e público têm diferentes opiniões sobre os deveres e responsabilidades dos auditores, quanto às opiniões expressas nos seus relatórios de auditoria. Apesar do papel do auditor ter vindo a ser alterado ao longo dos anos, o público ainda mantém a convicção de que os auditores são responsáveis por garantirem a detecção de fraudes

ou erros intencionais por parte dos gestores, função esta presente no início desta actividade (Epstein & Geiger, 1994). Assim, diz-se que continuará a existir *expectation gap* enquanto as expectativas dos utilizadores da informação financeira continuarem inalteradas, uma vez que o papel do auditor passou de detector de fraudes, através da análise das transacções registadas pelas empresas, para, nos dias de hoje, apenas fornecer uma opinião vaga acerca das demonstrações financeiras.

O conceito de *expectation gap*, segundo Salehi & Rostani (2009), tem sido abordado por vários autores, conforme referido anteriormente, dando-nos também perspectivas diferentes sobre este fenómeno. Foram desenvolvidos estudos em países como os E.U.A., Austrália, Nova Zelândia, Singapura, Malásia, China, Reino Unido, bem como outros países da Europa, com base no papel e responsabilidades encaradas pelo público/sociedade versus auditores.

Dessas análises, Salehi & Rostani (2009), consideram que os investigadores desta problemática partilham da opinião de que o *expectation gap* surge devido às elevadas expectativas dos utilizadores da informação financeira em relação à função auditoria e pela falta de conhecimento dos utilizadores da informação financeira sobre esse papel, bem como pelas responsabilidades do auditor. Ainda segundo Salehi & Rostani (2009), a auditoria autentica a informação dada pelas DF's baseando-se num código de ética e regulamentos. O fenómeno de *expectation gap* persiste, devido à incompreensão dos utilizadores da informação financeira sobre o papel, limitações¹ e objectivos² dos trabalhos de auditoria, normas inadequadas e performance ineficaz do auditor. Deste modo, afirmam que o auditor faz a ponte entre os gestores e os utilizadores da informação financeira através da sua opinião relativamente à informação prestada nos relatórios contabilísticos, sendo a contabilidade e as auditorias, duas componentes críticas de qualquer empresa.

De acordo com Porter (1993), estamos perante o *expectation gap* quando temos diferentes expectativas da sociedade em relação aos auditores e à sua real performance. Assim sendo, Porter segmentou o *expectation gap* em duas componentes denominadas por "*reasonableness gap*" (ocorre quando existe uma

¹ A opinião do auditor baseia-se numa análise com base numa amostra aleatória; possibilidade de existir conluio entre as empresas, o facto de existirem juízos de materialidade na determinação do valor do erro com relevância significativa e a própria complexidade dos negócios.

² Verificar se as informações expostas nas demonstrações financeiras estão em conformidade com as normas contabilísticas.

diferença de expectativas entre o que a sociedade espera que os auditores obtenham e o que os auditores podem/esperam razoavelmente atingir) e “*performance gap*” (diz respeito ao *expectation gap* entre o que a sociedade pode razoavelmente esperar dos auditores e o que os auditores esperam conseguir).

A “*performance gap*”, por sua vez, subdivide-se em “*deficient standards*”, ocorrendo quando temos um *expectation gap* entre os deveres que podem ser razoavelmente esperados por partes dos auditores e os deveres existentes definidos por lei, e “*deficient performance*”, isto é, o *expectation gap* entre a performance esperada dos auditores e os deveres entendidos por estes versus o esperado e o entendido pelo público em geral.

McEnroe & Martens (2001) chegaram à conclusão que o *expectation gap* é real e actual, havendo uma elevada expectativa em relação aos auditores, relativamente à segurança que a auditoria deve oferecer, no que diz respeito às opiniões emitidas nos relatórios, quanto a controlo interno, fraudes e actos ilegais.

Almeida (2008), ao analisar o *expectation gap* em Portugal, constatou que este fenómeno é uma realidade no nosso país. Na sua análise constatou que as razões apontadas para a diferença de expectativas em auditoria dizem respeito à sociedade e à organização das empresas (opinião dos auditores), enquanto que, os utilizadores de informação consideram as normas inadequadas e o desempenho dos auditores ineficiente. Deste modo, ao contrário de outros países, em Portugal as normas de auditoria não são uma componente importante, sendo de sobressair que os entrevistados reclamam uma maior intervenção governamental na elaboração das normas de auditoria, o que considera ser indício claro que existe uma excessiva auto-regulação da profissão.

Conclusões

Num contexto de constante evolução das necessidades da sociedade, aumenta a necessidade do envolvimento do auditor quanto à examinação da projecção da evolução das empresas, originando um novo alcance social da actividade de auditoria (Almeida, 2004).

O *expectation gap* em auditoria resulta do facto dos utilizadores da informação financeira, acreditarem que o papel do auditor não deve ser apenas o de dar a sua opinião acerca das DF's, mas também de interpretá-las de modo a poder avaliar se é interessante investir na entidade. Assim sendo, enquanto existirem diferentes entendimentos por parte dos envolvidos sobre este papel, irá sempre existir o *expectation gap*.

Podemos concluir que os principais factores apontados pelos investigadores para a permanência do *expectation gap*, dizem respeito às expectativas excessivas do público, normas de auditoria ineficazes, existência de termos subjectivos nas normas, existência de métodos alternativos, e falta de independência dos auditores.

Estes factores, levam ao aumento dos litígios e críticas contra os auditores, tendo este fenómeno um impacto significativo no valor/relevância da auditoria e na reputação dos auditores.

Bibliografia

- Almeida, Bruno José Machado (2004). Auditoria e sociedade: O diálogo necessário. Revista Contabilidade & Finanças - USP, São Paulo, n. 34: 80 – 96
- Almeida, Bruno José Machado & Munoz, Clara Isabel (2008). Evidence on audit expectation gaps in small capital markets: The case of Portugal. 19 (47): 102 – 111
- Arel, Barbara; Brody, Richard & Pany, Kurt (2006). Findings on the effects of audit firm rotation on the audit process under varying strengths of Corporate Governance. Advances in Accounting. 22: 1–27
- Baron, C., et al., (1977). Uncovering corporate irregularities: are we closing the expectation gap?, Journal of Accountancy. 144 (4): 243-250.
- Boyd, D. et al. (2001). The audit report: a misunderstanding gap between users and preparers. National Public Accountant. 45 (10): 56-60
- Bazerman, M. H., Loewenstein, G. & Moore, D. A. (2002). Why good accountants do bad audits. Harvard Business Review. 80 (11): 97-102.
- Dobroțeanu, L; Dobroțeanu C & Ciolpan D (2009). A semiologic approach to audit expectations gap. The Journal of the Faculty of Economics. 3 (1): 906-912
- Epstein, Marc J.& Geiger, M. A (1994). Investor views of audit assurance: recent evidence of expectation gap. Journal of Accountancy. 177 (1): 60-66
- Gloeck, J.D. & Jager, H. (1993). The audit expectation gap in the republic of South Africa. School of Accountancy. University of Pretoria
- Gloeck, J.D (1998). A public interest perspective of the auditing standard setting process in South Africa. School of Accountancy University of Pretoria, Southern African Journal of Accountability and Auditing Research. 1: 9-19

Godsell, D. (1992). Legal liability and the audit expectation gap. *Singapore Accountant*. 8: 25-8.

Goldman A, Barlev B (1974). The auditor-firm conflict of interests: Its implications for independence. *Account Review*. 49 (4): 707–718

Guy, Dan & Sullivan, Jerry (1988). The Expectation Gap Auditing Standards: Here's an overview of the ASB's nine new standards- Why they were issued and how they change existing standards. *Journal of accountancy*: 165: 36-46

Hassink, Harold F.D., Bollen, Laury H., Meuwissen, Roger H.G. & Vries, Meinderd J. (2009). Corporate fraud and the audit expectations gap: A study among business managers. *Journal of International Accounting, Auditing and Taxation*. 18: 85–100;

Humphrey, C. (1997). Debating Audit Expectations, *Current Issues in Auditing*. 3-31

Humphrey, C.G., Moizer, P. & Turley, W.S. (1993). The audit expectation gap in Britain: an empirical investigation. *Accounting and Business Research*. 23: 395-411.

Humphrey et al., (1992). The audit expectation gap – plus ça change, plus c'est la même chose?. *Critical Perspectives in Accounting*. 3 (2): 71-191.

Jensen, Michael & Meckling, William (1976). Theory of the firm: Managerial behavior, Agency costs and ownership structure

Joe, Jennifer R. & Vandervelde, Scott D. (2007). Do Auditor-Provided Non- audit Services Improve Audit Effectiveness? *Contemporary Accounting Research*. 24 (2): 467 - 487

Kasim, Mohd Ariff; Rosmaini, Siti & Hanafi Mohd (2008). The existence of audit expectation gap in Malaysia. *Malaysian Accounting review*. 7 (1): 89-106

Knechel, W. (2001). *Auditing: Assurance & Risk*. South-Western College Publishing. 2ed, Cincinnati

Koh, Hian Chye & Woo, E-Sah (1998). The expectation gap in auditing. *Managerial Auditing Journal*. 13 (3): 147–154

Lee, Teck-Heang & Azham, Md. Ali (2008). The audit expectation gap: A review of the contributing factors. *Journal of Modern Accounting and Auditing*. 4 (8): 30-37

Lee, Teck Heang; Azham, Ali & Bien, Doria (2009). Towards an Understanding of the Audit Expectation Gap. *Journal of Audit Practice*. 6 (1): 7-35

Liggio, C. (1974). *The expectation gap: the accountant's legal Waterloo*. *Journal of Contemporary Business*. 3 (3): 27-44.

Lim, H.S. (1993). Address by the ICPAS President, Mr Lim Hock San, at the ICPAS. 30th Anniversary Dinner held at the Neptune Theatre Restaurant on 6 March 1993. *Singapore Accountant*. 9: 6-9.

Mcenroe, J. & Martens, S. (2001). Auditors' and Investors' Perceptions of the Expectation Gap. *Accounting Horizons*. 15 (4): 345-358

Ojo, Marianne (2006). Eliminating the Audit Expectations Gap: Myth or Reality?. University Library of Munich, MPRA Paper No. 232

Porter, B. (1993). An empirical study of the audit expectation-performance gap. *Accounting and Business Research*. 24 (93): 49-68.

Porter, B. and Gowthorpe, C. (2004). Audit expectation-performance gap in the United Kingdom in 1999 and comparison with the Gap in New Zealand in 1989 and in 1999. The Institute of Chartered Accountants of Scotland: Edinburgh.

Pott, Christiane, Mock, Theodore & Watrin, Christoph (2009). Review of empirical research on rotation and non-audit services: auditor independence in fact vs. appearance. 58 (4): 209–239

Salehi, M. & Rostami, V. (2009). Audit expectation gap: international evidences. *International Journal of academic*. 1 (1): 140-146

Siddiqui, Javed, Nasreen, Taslima & Choudhury-Lema, Aklema (2009). The audit expectations gap and the role of audit education: the case of an emerging economy. *Managerial Auditing Journal*. 24 (6): 564-583

Wallace, R. (1993). Development of accounting standards for developing and newly industrialised countries. *Research in Third World Accounting*. 2: 121-165

Zhang, Ping (2007). The Impact of the Public's Expectations of Auditors on Audit Quality and Auditing Standards Compliance. *Contemporary Accounting Research*. 24 (2): 631-54